

# Nkomati: quatro meses depois

por Carlos Cardoso

Dia 16 deste mês fez quatro meses que Moçambique e a África do Sul assinaram um Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança. A criação de uma situação de coexistência pacífica entre os dois países não está a ser feita sem algumas dificuldades.

Em Janeiro, quando já havia indicações de que o Primeiro-Ministro sul-africano, Pieter Botha acabaria por assinar um acordo de segurança com Moçambique, o seu Governo autorizou a infiltração de cerca de 2 mil homens armados da chamada Resistência Nacional Moçambicana directamente na Província de Maputo, no sul do País. Era a primeira vez que isso acontecia em 4 anos de desestabilização militar pelos bandidos armados, dirigidos pela África do Sul; as grandes infiltrações anteriores eram feitas normalmente a norte da Província de Maputo, por terra, pelo ar ou por mar.

Em declarações ao jornal «Notícias» de Maputo, Octávio Dinis Chirindza, de 26 anos de idade e comandante dos bandidos armados, disse que após a assinatura do Acordo de Nkomati «veio lá ao nosso acampamento o próprio comandante que estava muito furioso, a dizer que a África do Sul traiu-nos e que agora devíamos escangalhar e matar tudo o que encontrássemos, procurar andar em pequenos grupos ou salvarmo-nos como pudéssemos porque os soldados (das FPLM) vão aproveitar esta oportunidade para intensificar a guerra para nos liquidar de vez».

Segundo fontes moçambicanas, o objectivo desta infiltração maciça era o de, a curto prazo, provocar o máximo de pânico nos arredores e dentro da cidade capital, para que o Governo se visse eventualmente obrigado a negociar um compromisso com os bandidos.

Como armas do pânico, constavam ataques a carros, machimbos e comboios nas estradas e linhas férreas que ligam Maputo à África do Sul e Suazilândia, o derrube de postes na linha que transporta energia eléctrica de Komatiport para Maputo, a colocação de engenhos explosivos na cidade, e o assassinato de dirigentes moçambicanos. De acordo com estimativas conservadoras, os bandidos armados receberam 40 toneladas de armamento novo e munições nos meses de Janeiro e Fevereiro.

À divisão em pequenos grupos, referida por Octávio Chirindza — que se entregou às FPLM — outras mudanças sugeriam que começava o corte umbilical com a África do Sul: deixou de haver raptos de grandes grupos de camponeses — o que indicava a falta de locais fixos, protegidos, para treino de novos «recrutados» —, e alguns dos capturados pelas FPLM começaram a dizer que havia falta de medicamentos para tratar os feridos. Paralelamente, aumentou o número daqueles que se entregavam às autoridades moçambicanas, e começou a falhar a comunicação entre os grupos operando em várias províncias, comunicação essa fundamentalmente feita, antes, através de postos de comando na África do Sul ou em grandes acampamentos no interior de Moçambique.

Mais recentemente, houve a ameaça de morte a homens de negócios sul-africanos feita em Lisboa por um cidadão português, Jorge Correia, que se tem apresentado como «porta-voz do MNR para a Europa», ameaça essa seguida de ataques a homens de negócios da África do Sul na estrada de Ressano Garcia-Maputo. Não fossem as provas dadas já pelo Governo de Pieter Botha de que quer cumprir o Acordo, tais ataques poderiam aparecer como forma de camuflar um apoio contínuo por parte do regime.

Mas também havia indícios de que o apoio a partir de território sul-africano não havia terminado completamente.

Duas semanas após Nkomati, camponeses afirmaram às autoridades que tinham presenciado a entrada de «centenas de bandidos» pelas colinas a ocidente de Magude. Informações semelhantes chegavam das zonas fronteiriças de Ressano Garcia e Ponta do Ouro, e de áreas já perto da fronteira suazi. Particular-

mente preocupante era uma informação sobre o descarregamento de armas e homens, por via marítima, a norte da Beira.

## DIFICULDADES DE PIETER BOTHA

Em Maio, um pequeno acontecimento, que passou despercebido da grande imprensa, indicava até que ponto Pieter Botha estava a encontrar dificuldades em cumprir integralmente o Acordo.

Benjamin Pogrand, director-adjunto do matutino sul-africano «Rand Daily Mail», esteve em Maputo, onde contactou com as autoridades moçambicanas. Pogrand fez um artigo, no qual citava uma fonte oficial moçambicana que falava dessas violações do Acordo de Nkomati.

O seu jornal publicou posteriormente um editorial, no qual exigia que as autoridades sul-africanas esclarecessem todo o envolvimento sul-africano na desestabilização de Moçambique — e as alegadas violações do Acordo; todo um tópico que Pretória sempre conseguiu impedir a imprensa do país de reportar e analisar devidamente, um tópico com a extensão física de 20 mil homens armados e treinados pela África do Sul, segundo uma declaração recente do Presidente Samora Machel.

O Ministro da Defesa sul-africano, General Magnus Malan, reagiu com severidade contra o editorial, enviando ao jornal uma declaração em que negava que as forças armadas sul-africanas estivessem a violar o Acordo.

Houve dois aspectos interessantes na reacção do General Malan.

Em primeiro lugar, a declaração não foi publicada, nem citada, por nenhum órgão de informação oficial ou pelos das cadeias ARGUS e NASIONALE PERS — as duas companhias que competem com a SAAN, proprietária do «Mail». Era óbvio que, mais uma vez, o Governo de Pieter Botha não queria que o assunto fosse debatido pela imprensa.

Em segundo lugar, a declaração dizia, a dado passo, que os militares sul-africanos teriam tanto a perder como quaisquer outras pessoas se o Acordo fosse violado. De uma forma não muito subtil, Malan advertia quaisquer extractos do exército sul-africano ainda possivelmente envolvidos com os bandidos de que tais violações não seriam toleradas.

Dias depois, na sequência de mais um encontro da Comissão Conjunta de Segurança, Pieter Botha emita uma declaração, na qual reafirmava a vontade do seu Governo de cumprir o Acordo de Nkomati.

«Quero reafirmar o engajamento da República da África do Sul no cumprimento do espírito e letra do Acordo de Nkomati e a minha inequívoca rejeição de actos de violência e subversão contra a República Popular de Moçambique e a República da África do Sul», dizia Pieter Botha.

O Presidente Samora Machel, em resposta à declaração de Botha, disse no mesmo dia (27 de Maio) que «o banditismo armado perdeu a força que o criou e apoiou».

## O EXÉRCITO TERÁ ACEITE AS POSIÇÕES DE BOTHA

Para qualquer observador atento, a reafirmação de intenções por parte de Botha significava que algo de errado se passava dentro da África do Sul. Por outro lado, Botha partia para a sua viagem a vários países da Europa Ocidental. Era necessário reassegurar os governos ocidentais de que ele, Botha, velaria pelo cumprimento do Acordo, por parte do seu exército, na medida em que o Ocidente se mostrara demasiado interessado no Acordo de Nkomati para assistir impassível à sua violação. As potências ocidentais que, ou haviam apoiado a estratégia militar sul-africana na zona ou tinham fechado os olhos a ela, acabariam por concluir que não era possível desalojar a Frelimo e o MPLA pela via militar, e que tinham perdido oito anos de investimentos possíveis na África Austral.

Pieter Botha regressou da Europa e, a 30 de Junho último, o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof Botha, veio a Maputo para conversações com o Presidente Samora Machel.

Um pormenor atraiu a atenção de todos quantos têm seguido com interesse toda a problemática de Nkomati: Roelof Botha era acompanhado pelo General Van der Westhuizen, chefe da contra-inteligência militar sul-africana, a estrutura das forças armadas sul-africanas, responsável pelo MNR, UNITA, LLA e pelos auxiliares e Selous Scouts da antiga Rodésia. A presença de Van der Westhuizen em Maputo parecia indicar que, finalmente, pelo menos os oficiais superiores da desestabilização contra Moçambique acabavam de aceitar as posições de Botha.

Mas nem tudo parece estar resolvido no lado sul-africano.

A última reunião da Comissão Conjunta de Segurança, realizada em Maputo, a 18 deste mês, indicava uma situação de progresso mas com obstáculos. O comunicado final do encontro dizia que «a Comissão concluiu que, embora na generalidade se tenha alcançado uma situação satisfatória, há ainda progressos a serem feitos».

Com efeito, chegam a Maputo sucessivas informações de que o corte dos bandidos com o território sul-africano ainda não é total. Um técnico agrícola que trabalha na Namaacha disse-me há dias que «há movimentações de bandidos e armamento na zona junto às fronteiras com a África do Sul e Suazilândia. É uma movimentação regular de cá para lá e de lá para cá».

Entretanto, a Agência de Informação de Moçambique (AIM), citando «fontes civis e militares» da vila fronteiriça de Ressano Garcia, dizia esta semana que se estão a registar combates entre tropas sul-africanas e bandidos dentro da própria África do Sul e que, segundo «fontes sul-africanas», um farneiro sul-africano já fora assassinado por um grupo de bandidos.

A fechar o cenário, houve o ataque recente a homens de negócio sul-africanos na estrada para Maputo, onde anteriormente havia acções dos bandidos mas por onde os sul-africanos, particularmente brancos, passavam sem serem molestados.

Será isto apenas uma reacção natural da besta contra o seu criador no momento em que este a abandona?

#### A ULTRA-DIREITA ACUSA BOTHA DE TRAIÇÃO

A conclusão que alguns analistas em Maputo tiram de todo este cenário é a de que o Primeiro-Ministro Botha tem ainda que fazer para desbaratar todas as forças paralelas que a estratégia de desestabilização fez surgir dentro da África do Sul, desde grupos de portugueses ligados à genese dos bandidos até grupos de mercenários que não vêem com bons olhos o «desemprego» criado por Nkomati e pelo compromisso de Lusaka entre Angola e a África do Sul.

Não seria de todo descabido pensar-se igualmente no possível envolvimento de alguns oficiais sul-africanos cujas fidelidades políticas estão com os partidos da ultra-direita afrikaner e não com o Partido Nacional de Botha.

A reacção desses partidos ao Acordo de Nkomati foi vociferantemente negativa. Não há reunião nenhuma desses partidos em que os seus militantes não levantem questões sobre a verdadeira natureza do Acordo ou acusem Pieter Botha de ter traído o poder branco. A pressão do Partido Conservador e do Herstigte Nasionale Party sobre Botha não é de desprezar. Ela explica este facto: quem tenha acompanhado atentamente as movimentações do Partido Nacional de Botha tem-se surpreendido com a frequência com que o Partido tem que «explicar» o Acordo aos seus militantes, facto este que não transparece nas interpretações simplistas e triunfalistas da imprensa sul-africana e grande parte da imprensa ocidental.

Recentemente no Botswana, e em resposta a uma pergunta sobre se Nkomati não violava os princípios da SADCC, o Presidente moçambicano declarou: «O Acordo de Nkomati é um acordo de segurança. Só».

Essa frase tão curta, ao fim e ao cabo, encerrava todo o problema que Botha atravessa.

A desestabilização não resultou na desejada radical mudança de rumo da Frelimo, o Ocidente começou a pressionar Pretória para mudar para uma estratégia económica e os homens

de negócio sul-africanos começaram também a exigir uma estratégia económica para ajudar a África do Sul a sair da forte crise em que se encontra devido à perda de mercados na Europa e às sucessivas baixas do preço do ouro.

O primeiro indício disto deu-se precisamente nas primeiras negociações ministeriais moçambicano-sul-africanas em Dezembro de 1982, em Komatipoort.

A delegação sul-africana insistia na primazia de acordos económicos, passando um véu sobre todo o problema do apoio aos bandidos. A delegação moçambicana respondia que quaisquer acordos económicos — por muito, por exemplo, que o país precisasse de um retorno dos níveis de tráfego ferroviário entre os dois países ao dos anos anteriores à desestabilização — teriam que ser precedidos por um acordo de segurança.

As duas conversações de Komatipoort, a de 82 e a de Maio de 83, falharam porque a África do Sul se recusava sequer a admitir a paternidade dos bandidos armados, reconhecimento esse que viria apenas em Dezembro de 83 durante as conversações de Mbabane, na Suazilândia. A partir daí estava aberto o caminho para aquilo que efectivamente viria a ser assinado: um acordo de segurança.

#### OS PRÓXIMOS MESES SERÃO VITAIS

Passaram-se quatro meses e ainda não há acordos económicos entre os dois países porque ainda não há paz em Moçambique.

As FPLM têm lançado ofensiva sucessivas que, nos últimos seis meses — segundo fontes militares — levaram à morte 1 200 bandidos e à rendição de 289.

Após Nkomati, Samora Machel declarou que fechara «a torneira» do apoio aos bandidos e que a tarefa principal era agora eliminá-los. Mas a «torneira» era o Governo sul-africano e essa, segundo os próprios governantes moçambicanos, foi fechada.

No entanto persistem essas outras «torneiras», menos importantes mas ainda preocupantes. O próprio Pieter Botha fica, por inércia dessas torneiras, na solução paradoxal de ter que ter paz em Moçambique.

Tendo lançado uma estratégia económica, e tendo propagado a ideia demasiado fácil de que Moçambique seria uma presa imediata da hegemonia da África do Sul no plano económico, Pieter Botha precisa agora de ter campo para aplicar essa estratégia: a paz em Moçambique.

Para a estratégia moçambicana, a paz é ainda mais necessária. Sem ela, o país ficará amarrado ao ciclo da violência que Nkomati visa romper. No fundo, é uma estratégia simples, e passível de sucesso: criar a paz e depois aplicar o espírito de independência à difícil aprendizagem de como entrar, a favor dos interesses nacionais, no mundo complexo de uma vasta cooperação internacional.

O director do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Aquino de Bragança, põe a questão nestes termos: «Trata-se de assegurar a paz para depois, sem pressões de ordem militar, poder-se negociar economicamente numa posição de maior força. Moçambique quer evidentemente negociar com a África do Sul mas, em paz, poderá negociar muito mais com todos os outros países. Isto aliado ao fortíssimo espírito de independência que marca o pensamento samoriano, faz com que qualquer objectivo de hegemonia económica por parte da África do Sul em Moçambique tenha muito poucas possibilidades de concretização».

Membros do Governo moçambicano têm-se mostrado conscientes de que, devido à enorme carência de quadros no país, poderão ser cometidos erros e falhas na defesa dos interesses nacionais ao entrar-se em negociações complexas de volumes muito superiores aos que marcam a cooperação actual. Mas apontam para o facto de que há 22 anos a FRELIMO sabia apenas que era preciso lutar contra o colonialismo e que aprenderia a fazê-lo lutando. «Hoje, de novo, aprenderemos a lutar neste campo económico. Os erros corrigi-los-emos à medida que for avançando o nosso contacto com o mundo», disse um Ministro moçambicano.

Os próximos meses serão vitais. Eles indicarão, em grande medida, o futuro deste país que há vinte anos tem sido dilacerado pela guerra.